

O SIGNIFICADO DO COLETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES PSICOLÓGICAS SUPERIORES EM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS

THE MEANING OF THE COLLECTIVE FOR THE DEVELOPMENT
OF HIGHER PSYCHOLOGICAL FUNCTIONS
IN HANDICAPPED CHILDREN

EL SIGNIFICADO DEL COLECTIVO PARA EL DESARROLLO
DE LAS FUNCIONES PSICOLÓGICAS SUPERIORES
EN NIÑOS CON DISCAPACIDADES

*Kellys Regina Rodio Saucedo**
*Denise Fontanella***
*Elisabeth Rossetto****

Resumo: Este artigo propõe reflexões acerca do papel do coletivo no desenvolvimento das funções psicológicas superiores em crianças com deficiência. Trata-se de um estudo qualitativo, construído a partir de pesquisa bibliográfica com ênfase na psicologia histórico-cultural. Apresenta-se, neste texto, um breve histórico das concepções sociais sobre a deficiência e elementos do pensamento desenvolvido por Vigotski (1997) sobre a psicologia comparativa e a “pedagogia do coletivo”. Parte-se do princípio de que essas reflexões propiciarão, no contexto educacional, ações com vistas a minimizar as consequências secundárias, originadas pela privação do social e do cultural, privação esta que afeta o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Palavras-chave: Deficiência; coletivo; Vigotski; funções psicológicas superiores.

Abstract: This article reflects on the role of the collective in the development of higher psychological functions in children with disabilities. It is a qualitative study based on literature review with emphasis on cultural-historical psychology. The text presents a brief account of the social conceptions of disability and elements of Vygotsky's thinking (1997) on the comparative psychology and the “pedagogy of the collective”. It is assumed that these reflections will foment, in the educational context, actions aimed at minimizing the secondary consequences of the social and cultural deprivation, which affects the development of higher psychological functions.

Keywords: Disability; collective; Vygotsky; higher psychological functions.

Introdução

Na sociedade contemporânea a velocidade com que ocorrem as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais afetam direta ou indiretamente as relações estabelecidas entre as pessoas. A globalização das relações pode tanto aproximar como distanciar as pessoas.

Hinde (1997) afirma que o comportamento social dos homens é resultante das mediações que estabelece com a sociedade, partindo de valores, crenças, normas e papéis ligados à estrutura sociocultural, na qual

esses sujeitos interagem e integram-na. Entretanto, “a sociedade está organizada para um tipo normal – com sistemas de signos, instrumentos, ferramentas pressupondo um tipo padrão de homem que tenha intelecto e órgãos 'normais'” (CENCI, 2012, p. 94). Diante deste pressuposto a deficiência (cegueira, surdez, surdo-cegueira, deficiência mental) se manifesta “como anormalidad social de la conducta” (VIGOTSKI, 1997, p. 73), isso significa que na sociedade a deficiência se constitui a partir das relações sociais.

A distorção do valor humano, do respeito às particularidades de cada um direciona algumas ações com o objetivo de contribuir para melhoria da qualidade de vida e adaptação do homem ao ambiente, independente de suas diferenças ou, exatamente, por causa delas. Tais particularidades são abordadas nos principais conceitos analisados por Vigotski, no que se refere ao coletivo e sua contribuição para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, tais como: atenção, memória, imaginação, pensamento e linguagem, organizadas em sistemas interfuncionais da consciência. Estes conceitos tem relação com críticas do autor às correntes idealistas e mecanicistas da psicologia russa, pós Revolução Industrial, e apontam para construção de uma psicologia marxista (DUARTE, 2000; TULESKI, 2002).

A opção pela abordagem qualitativa, do tipo análise de conteúdo se fez pela necessidade de análise conceitual das informações divulgadas nos artigos e teses que integram o acervo bibliográfico desta pesquisa. Conforme Severino (2007, p. 121): “As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais”. Essa metodologia de análise tem sua interface na Psicologia Social e na Linguística, contribuindo para interpretação dos enunciados selecionados no levantamento de fontes para composição da pesquisa bibliográfica. O percurso da pesquisa bibliográfica envolveu a realização de leituras, fichamentos, análises, estudos e reflexões nas aulas de Educação Especial e Processos Inclusivos – disciplina ofertada no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação – e, também as leituras efetivadas pela participação em um Projeto de Extensão Universitária sobre a mesma temática. A partir destas atividades as autoras selecionaram outras fontes bibliográficas baseadas em publicações que mencionam o papel do coletivo para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores; mas que de um modo ou outro abrangiam os estudos de Vigotski sobre o desenvolvimento da criança com deficiência. Tendo por intencionalidade identificar o “estado da arte” em relação à temática, assim como “[...] conhecer as contribuições científicas que se efetuaram sobre determinado assunto” (FERRARI, 1982, 209), algumas das obras e sua relevância para esta pesquisa são mencionadas a seguir.

A análise bibliográfica tem por alicerce o Tomo V, Obras Completas, de Lev S. Vigotski (1997), Fundamentos da Defectologia, especificamente o capítulo: O coletivo como fator para o desenvolvimento da criança com

defeito¹ e as pesquisas de Cenci (2012), Pino (2000, 2005), Rossetto (2008, 2010), Smolka (2000), entre outros. Diante da compreensão de que o desenvolvimento humano ocorre no campo das relações sociais, também abordaremos o potencial da pedagogia do coletivo para a formação da criança com deficiência.

Buscou-se, ainda, para referida discussão, o conceito de deficiência da sociedade primitiva à contemporânea e suas implicações para inclusão social, não desconsiderando o contexto histórico vigente, em autores tais como: Pessotti (1984), Silva (1986), Bianchetti e Freire (1998), Carvalho (2003).

Aspectos históricos: concepções sociais sobre a pessoa com deficiência

A sociedade primitiva constituída por grupos nômades supria suas necessidades com os recursos disponíveis na natureza. As atividades cotidianas envolviam a caça, a pesca e a coleta de alimentos. O deslocamento dos agrupamentos, portanto, era ocasionado pela escassez dos alimentos. Essa condição de sobrevivência exigia muito do quanto o indivíduo poderia contribuir para si mesmo e para com o coletivo. A deficiência, nesse caso, era entendida como um limitador em relação ao deslocamento dos grupos. A necessidade de buscar suprimentos levava, de acordo com Bianchetti (1998), ao abandono daqueles “que não pudessem mover-se com agilidade, ou que tivessem alguma diferença que impedisse sua mudança de um lugar para outro com rapidez” (BIANCHETTI, 1998, p. 27).

Com o advento da agricultura e a transformação dos hábitos das comunidades nômades em comunidades sedentárias as relações entre os homens também sofreram alterações. De coletor passou a pastorear rebanhos e cultivar plantações, pela necessidade de mão-de-obra, as sociedades que perdiam batalhas eram escravizadas. Conforme Engels (1984) duas classes se distinguem nesse período: senhores e escravos. No período escravista, os escravos faziam todo e qualquer serviço, liberando os senhores para atividades de ócio. Na Grécia antiga os gregos praticavam atividades como dança e ginástica em busca da perfeição e da beleza do corpo, este era o maior objetivo dos cidadãos gregos. Os esforços para alcançar a perfeição física do corpo estavam intimamente relacionados ao serviço militar e à defesa do Estado nas guerras. Portanto, o nascimento de crianças com deficiência passava por um julgamento de uma comissão oficial, em que as leis permitiam o infanticídio. De acordo com Silva (1986) estas eram levadas pelos anciões constituintes da comissão a um local denominado *apothetai*, ou seja, tratava-se “de um abismo situado na cadeia de montanhas Taygetos, perto de Esparta, onde a criança era lançada e encontraria sua morte” (SILVA, 1986, p. 122). As ações de morte e condenação da criança com deficiência sofriam poucas alterações, como por exemplo em Atenas, lugar em que o próprio pai assassinava o filho. Essas ações encontravam respaldo nas sociedades antigas e entre os filósofos do período,

tais como: Platão, Aristóteles, Cícero e Sêneca (SILVA, 1986). Nesse período, em relação aos romanos, existiam mercados de venda e comercialização da pessoa com deficiência, estas eram objeto de mendicância e participação satírica em espetáculos circenses.

As exigências e os custos em relação à manutenção da sociedade escravista culminaram em seu esgotamento e na transformação do modelo econômico de sociedade. Estas se reorganizaram em feudos. O feudalismo trouxe consigo a separação entre o corpo e a alma, nesse caso “o indivíduo que não se enquadra no padrão considerado normal ganha direito à vida”, passando a viver em instituições, sob a manutenção a princípio da Igreja Católica e, posteriormente, por organizações seculares (BIANCHETTI; FREIRE, 1998, p. 30). A clausura foi uma das soluções encontradas na Idade Média para resolver o problema em lidar com pessoas com deficiência. Nos hospitais, asilos e hospícios conviviam doentes, pessoas idosas e “pessoas impossibilitadas de prover seu próprio sustento, devido a sérias limitações físicas e sensoriais” (SILVA, 1986, p. 204). De acordo com Pessotti (1984, p. 7), para “parte da sócio-cultura medieval cristã, o castigo é a caridade, pois é meio de salvar a alma do cristão das garras do demônio e livrar a sociedade das condutas indecorosas ou anti-sociais do deficiente”. Entretanto, um número significativo de pessoas não eram internadas, devido à insuficiência de recursos financeiros e da mínima estrutura física disponibilizada para essas instituições. Como resultado dessa condição, muitos se tornavam mendicantes ou desenvolviam trabalhos no interior dos feudos, adequados as suas condições físicas, sensoriais e mentais.

Durante a Idade Média sobressaiu o modelo místico de compreensão da deficiência pautada no pensamento judaico-cristão, teocentrista. Com o início das grandes navegações, a possibilidade de acúmulo de capitais e o desenvolvimento do racionalismo científico, a visão teocentrista cedeu seu lugar de centro das explicações para o antropocentrismo.

A partir do Renascimento a ciência ganha impulso, com Nicolau Copérnico e Galileu Galilei questionando a Terra com centro do universo. Com Francis Bacon, o dedutivismo cai por terra cedendo lugar ao indutivismo e ao experimentalismo. As relações econômicas da sociedade moderna favoreceram o modo de produção capitalista. O trabalho artesanal não respondia ao fluxo comercial da época, surgiram as manufaturas que, com o tempo e aprimoramento da linha de produção, geraram as indústrias. De acordo com Rossetto et al. (2006, p. 106) a Revolução Industrial “transformou o homem em um apêndice da máquina; antes o homem produzia e as ferramentas o auxiliavam, agora era a ferramenta (máquina) quem produzia e o homem a auxiliava”. A visão sobre a pessoa com deficiência passa a ser outra “Se o corpo é uma máquina, a excepcionalidade ou qualquer diferença, nada mais é do que a disfunção de alguma peça dessa máquina. Ou seja, se na Idade Média a diferença estava associada a pecado, agora passa a ser relacionada à disfuncionalidade” (BIANCHETTI; FREIRE, 1998, p. 36).

A pessoa com deficiência representa segundo o modo de produção capitalista uma limitação para o seu desenvolvimento. Isto porque o fato de possuir uma disfunção, seja ela física, sensorial ou mental, a coloca em posição de desvantagem por não atender as necessidades de agilidade e destreza que a linha de produção exige. Por muito tempo eles permaneceram na “retaguarda de um exército de reserva de mão-de-obra, não podendo ingressar no mercado de trabalho e não fazendo parte da escola como sujeitos de seu tempo” (ROSSETTO et al., 2006, p. 107).

A pessoa com deficiência, portanto, recebeu inúmeras formas de tratamento e compreensão, indo da segregação ao abandono, do abandono à institucionalização e desta para integração e, por fim, a inclusão.

A sociedade moderna, a priori, compreende a pessoa com deficiência pelo viés da biologia, segundo aspectos de compensação da deficiência. Essa forma de entendimento ficou denominada teoria biológica ingênua, ao cometer equívocos por entender que um órgão substitui a função orgânica do outro. Isso, porém, não desmerece sua importância para o rompimento com as concepções místicas da deficiência e o avanço da ciência.

Na sociedade contemporânea, com o avanço das reflexões entre deficiência, aprendizado e desenvolvimento, a psicologia histórico cultural trouxe significativas contribuições para o entendimento acerca do desenvolvimento do indivíduo, sobretudo nas primeiras décadas do século passado. A teoria que teve como precursor Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934) surge em oposição às teorias do desenvolvimento psicológico e se sustenta no materialismo histórico dialético. De acordo com a abordagem histórico-cultural, não existem diferenças para o desenvolvimento psicológico das funções superiores da criança com deficiência em relação a outras crianças. Conforme Vigotski (1997, p. 84) “a criança com defeito não é indispensavelmente uma criança deficiente”, as determinações para o seu desenvolvimento estão relacionadas ao acesso e aos estímulos do coletivo, isso porque “o defeito por si só não decide o destino da personalidade, senão as consequências sociais e sua realização sócio-psicológica” (p. 29).

Com as pesquisas de Vigotski (1997) relacionadas à defectologia, o coletivo assume um papel significativo para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores em pessoas com deficiência. Assim, com a intenção de aprofundar a compreensão sobre a formulação teórica deste autor em relação ao papel do coletivo no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, apresentamos as próximas reflexões.

Vigotski e os estudos sobre o coletivo

Nas Obras Completas (composta por seis tomos), o Tomo V traz os estudos voltados para os Fundamentos da Defectologia, ou seja, as categorias compensação e o sentimento de *menosvalia*², o desenvolvimento motriz e o

intelectual, o desenvolvimento cultural da criança com defeito, relacionados aos problemas gerais da defectologia.

De acordo com Vigotski (1997) a problemática relacionada ao estudo da criança com deficiência, na defectologia, era apontada como quantitativa e pertencente a uma ciência “menor”, por não caracterizar o defeito em si. Esta é a pedra angular que se insere nas discussões sobre a variação quantitativa (objeto da defectologia tradicional) e a investigação qualitativa do desenvolvimento da criança. A psicologia comparativa “consiste em encontrar estas leyes generales que caracterizan el desarrollo normal y anormal del niño y que abarcan toda la esfera del desarrollo infantil em general” (VIGOTSKI, 1997, p. 173).

A investigação a respeito da deficiência por Vigotski resultou na compreensão de que o fator biológico, diferentemente das relações entre os animais, não representa uma limitação que comprometa a adaptação do ser humano. Sua intenção era a de caracterizar o comportamento humano a partir de uma sequência de hipóteses de como esse comportamento se formava e se desenvolvia na história humana e na vida de um indivíduo (VIGOTSKI, 1997).

Os estudos do autor foram fortemente influenciados pelo pensamento marxista e procuravam respostas quanto ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores, mecanismos tipicamente originados nas relações entre os seres humanos. Esse seria o processo inaugural para construção de uma psicologia científica, com base nos fundamentos centrais do marxismo e não a justaposição de citações marxistas, segundo Duarte (2000, p. 80) “Vigotski afirmou ser necessária uma teoria que desempenhasse para a psicologia o mesmo papel que a obra O Capital de Karl Marx desempenha para a análise do capitalismo”. Para, assim, construir uma psicologia marxista era necessário considerar o núcleo conceitual traçado por Marx sobre o ser humano, a sociedade e a história e promover estudos comparativos na psicologia do desenvolvimento humano.

No estudo comparativo entre o estabelecimento de regularidades gerais e a exposição das diferentes variantes do desenvolvimento da criança, estão as particularidades para análise da relação da criança com e sem deficiência. Aqui se instaura o problema do coletivo, logo, as relações que a criança estabelece com o meio pela mediação de outros sujeitos e da cultura tem forte consequência sobre o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. “Nesse sentido, o defeito orgânico não se manifesta diretamente, porque olhos e ouvidos são mais que órgãos físicos, são 'órgãos sociais'” (CENCI, 2012, p. 88).

Para Vigotski a perda das relações sociais é mais prejudicial para o indivíduo do que o defeito em si, portanto, o problema central a respeito da relevância do coletivo para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores orientam todo axioma da pesquisa, que consiste em “observar la conversión de las formas colectivas de colaboración en las formas individuales

de la conducta del niño, significa captar el principio de la estructuración de las formas psíquicas superiores en su proceso de formación” (VIGOTSKI, 1997, p. 174).

A ação da deficiência sobre o sujeito é secundária, reflexa e nunca direta, portanto, o sujeito por si não se limita a condição da deficiência. Como afirmou Borges (1995), “a cegueira deve ser vista como um modo de vida: é um dos estilos de vida dos homens” (p. 149). Todo estilo de vida implica em condições adequadas de convívio social para o desenvolvimento do sujeito, enquanto que o estigma social de deficiência acarreta, por outro lado, a minimização de condições sociais favoráveis para vida em sociedade. Nesse caso o coletivo assume um importante papel no desenvolvimento dos sujeitos, como pontua Rossetto (2010), o defeito não corresponde à deficiência em si, mas resulta das implicações sociais, gerando limitações secundárias relacionadas a essa deficiência.

Desse modo, retornando à questão das funções psicológicas superiores, percebe-se o processo de mediação resultado das relações que o homem estabelece com os indivíduos e com mundo. Como na distinção apresentada por Vigotski quanto à estrutura das funções psicológicas superiores ou culturais³ no processo de desenvolvimento da conduta social dos sujeitos, estas se organizam:

al principio como una función de la conducta colectiva, como una forma de colaboración o de interacción, como un medio de la adaptación social, es decir, como una categoría interpsicológica y luego, por segunda vez, como un modo de la conducta individual del niño, como un medio de la adaptación personal, con un proceso interno de la conducta, es decir, como una categoría intrapsicológica (VIGOTSKI, 1997, p. 174).

Os estudos de Vigotski consistiam em identificar a conversão da conduta e das formas coletivas de interação e colaboração, enquanto um meio de participação social, nas formas individuais da conduta da criança, seu meio de adaptação individual, interno, caracterizando-se o coletivo como a essência da estruturação das formas psicológicas superiores no seu processo de formação. A coletividade exerce um significativo papel no processo de desenvolvimento de crianças com deficiência e um caminho para a elaboração de práticas pedagógicas inclusivas com respeito às diferenças.

Pedagogia do coletivo: seu significado na formação da criança com deficiência

O interesse de Vigotski não estava concentrado na elaboração de uma

teoria do desenvolvimento infantil, mas no pós-revolução de 1917 a condição de milhares de crianças abandonadas, muitas delas deficientes, e a curiosidade científica do pesquisador em busca de compreender o desenvolvimento aproximaram-no desta área de investigação. A percepção de que na infância encontraria respostas para questões do comportamento humano levou à criação em 1925 de um laboratório de psicologia, mais tarde denominado Instituto Experimental de Defectologia.

A psicologia responsável pelo estudo comparativo sobre o desenvolvimento da criança sem e com deficiência procurava respostas para o desenvolvimento humano em aspectos estritamente biologizantes. Vigotski percebeu na interação do homem com o meio social e cultural possibilidades negadas até, então, pela literatura oficial. Em crianças com deficiência deslocou o olhar do biológico para o social, por entender que “l’ó que decide el destino de la persona, en última instancia, no es el defecto em sí mesmo, sino sus consecuencias sociales, su realización psicossocial” (VIGOTSKI, 1997, p. 19).

A concentração dessas pesquisas comparativas estava nas possibilidades de adaptação, portanto, da criança com deficiência em virtude da apropriação efetivada pela mediação social e cultural. Cenci (2012, p. 88), sobre o papel do coletivo na mediação, avalia “o defeito orgânico não se manifesta diretamente, porque olhos e ouvidos são mais que órgãos físicos, são ‘órgãos sociais’. A deficiência implica degeneração dos vínculos sociais que, segundo Vigotski, é a perda mais significativa”. Entende-se, pois, que pouco pode ser feito em relação ao defeito orgânico e as funções biológicas ou elementares, além de criar melhores condições de mobilidade e acessibilidade aos espaços. Por outro lado, é prudente a concentração de esforços naquilo que Vigotski denominou defeito secundário, quer seja a privação do meio sócio cultural e que repercutem em consequências para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Ao ponderar a influência dos aspectos culturais Vigotski não reduz o desenvolvimento humano às determinações sociais, mas preserva as características orgânicas, integrando a natureza do homem à cultura. Conforme enfatiza Pino,

A corrente histórico-cultural da psicologia, cuja figura de proa é Lev S. Vigotski, constitui uma exceção na história do pensamento psicológico, não só porque introduz a cultura no coração da análise, mas sobretudo porque faz dela a “matéria prima” do desenvolvimento humano que em razão disso, é denominado “desenvolvimento cultural”, o qual é concebido como um processo de transformação de um ser biológico num ser cultural (PINO, 2005, p. 52).

Com isso o olhar desse pesquisador não se deteve apenas ao que é inato ou relacionado às funções biológicas, indicou caminhos para compreensão de um processo de transformação das funções psicológicas elementares para um “processo de aprendizagem determinado por todas as circunstâncias do desenvolvimento da criança no seu meio” (ROSSETTO, 2008, p. 139).

O norte para compreensão das funções psicológicas superiores da criança com deficiência está em identificar que nem todas as reações resultam do “defeito”, ou seja, os problemas secundários emergem do “desterro” da coletividade, quando esta é isolada das atividades sociais (VIGOTSKI, 1997).

As características individuais, portanto, estão intimamente relacionadas com as trocas que a criança com deficiência estabelece com o coletivo, ou seja, mesmo o que tomamos por mais individual em um ser humano é consequência de sua relação com o coletivo.

Sua capacidade de apropriação dos conhecimentos depende de condições adequadas de convívio social e da aprendizagem, com vistas a superar práticas educativas pautadas na repetição das ações ou em estímulos sensorio-motor. Sendo assim, faz-se necessário pensar nortes pedagógicos de ação para criança com deficiência, assim como para não deficiente, partindo do que ela pode aprender e não do que realiza ou pode fazer. A compreensão desses preceitos pelo professor culminaria no exercício da “pedagogia do coletivo”, cerne da abordagem histórico cultural.

Considerações finais

O objetivo primordial reside enquanto professores em deslocar o problema assentado nas condições individuais e internas de desenvolvimento dos sujeitos para o seu processo de formação/constituição nas relações sociais. Essa postura, segundo Smolka, “muda o foco da análise psicológica: não é o que o indivíduo é, a priori, que explica seus modos de se relacionar com os outros, mas são as relações sociais nas quais ele está envolvido que podem explicar seus modos de ser, de agir, de pensar e de relacionar-se” (SMOLKA, 2000, p. 30).

A questão da apropriação dos conhecimentos construídos histórica e culturalmente pela humanidade acontece no contato da criança com o meio social em que vive, dessa relação emanam duas condutas interpsicológicas e intrapsicológicas. Conforme Smolka (2000) esse deslocamento encontra-se ancorado na teoria formulada por Vigotski de que as funções mentais são relações sociais internalizadas, daí decorre a necessidade ampliar o número de práticas significativas, envolvendo a participação coletiva das crianças com deficiência nas relações. Como ressaltado por Tuleski,

mais do que buscar soluções ou “receitas” para os problemas educacionais da atualidade, retirando-se

Vygotski do contexto histórico que lhe dá significado e fragmentando-o, deve-se buscar em sua teoria o método de análise por ele utilizado na compreensão dos fenômenos psicológicos para uma sociedade que se transforma pela ação consciente de seus homens (TULESKI, 2002, p.42).

Ações que promovam a integração e a permanência escolar, mesmo que cada um necessite de condições diferenciadas para sua adaptação, dessa forma estaremos garantindo o direito do deficiente de viver em família, escola e comunidade. Pela coletividade Vigotski percebeu a possibilidade de superação da deficiência,

fisicamente, la ceguera y la sordera todavia durante mucho tiempo en la tierra. El ciego seguirá siendo ciego y el sordo, sordo, pero dejarán de ser deficientes porque la defectividad es un concepto social, em tanto que el defecto es una sobre estructura de la ceguera, la sordera, la mudez. [...] la educación social vencerá a la defectividad. Entonces, probablemente, no nos comprenderán cuando digamos de um niño ciego que es deficiente, sino que dirán de um niño ciego que es un ciego y de un sordo que es um sordo, y nada más (VIGOTSKI, 1997, p.82).

Vigotski inverte o posicionamento do observador em relação à criança, não é o seu comportamento em relação ao meio social o objeto de análise, mas a força que o meio social exerce sobre a criança para gerar nela as funções superiores ou “culturais”. Nesse contexto as funções superiores se referem na concepção vigotskiana as “relações sociais internalizadas” (PINO, 2000). Logo a criança com deficiência ao receber os estímulos do meio social e cultural sofre uma adequação das funções psicológicas superiores, ou seja, a compensação do defeito, agora, apenas defeito biológico e nada mais.

Na escola, portanto, estão as premissas para construção de uma “pedagogia coletiva” no que diz respeito a aquisição dos conhecimentos produzidos pela humanidade e dos meios culturais para que esta se posicione e amplie suas possibilidades na sociedade.

Notas

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: gildone@hotmail.it

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professora da Secretaria Estadual de

Educação do Estado do Paraná. E-mail: denisefontanella@hotmail.com

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: lisath2006@hotmail.com

¹ Cf. Barroco (2007) a terminologia defeito deve ser compreendida apenas no sentido literal do texto, em sua tradução, e não no sentido pejorativo, utilizado atualmente.

² O termo sentimento de *menosvalia* foi introduzido pelo psicólogo austríaco Alfred Adler (1870-1937) usado por Vigostki (1997) para explicar que a ação do defeito na criança é secundária, indireta e reflexa, não existe na criança a percepção da deficiência – tradução do espanhol *minusvalia*, mantida a grafia como tratada na obra de Vigostki.

³ Cf. Pino (2000) ao propor a problematização das relações entre funções biológicas e funções superiores ou culturais Vigotski não esta registrando uma via dual, mas sim apresentando uma via de superação. As funções biológicas não deixam de existir, mas com as interações sociais e culturais adquirem uma nova forma de existir.

Referências

BARROCO, Sonia Mari Shima. **A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski**: implicações e contribuições para a psicologia e a educação atuais. 2007. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo, 2007.

BIANCHETTI, Lucidio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, Lucidio; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papyrus, 1998, p. 21-51.

_____; FREIRE, Ida Mara **Um olhar sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papyrus, 1998.

BORGES, Jorge Luis. La cegueira. In: _____. **Siete Noches**. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 52-58.

CARVALHO, Alfredo Roberto. **As condições de existência das pessoas com deficiência na história da humanidade**: as bases objetivas de sua exclusão social. 2003. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Paraná, 2003.

CENCI, Adriane. Deficiência e Coletividade: A constituição das funções superiores na defectologia. In: COSTAS, Fabiane Adela Tonetto (Org.). **Educação, Educação Especial e Inclusão**: fundamentos, contextos e práticas. Curitiba: Ed. Appris, 2012, p. 87-95.

DUARTE, Newton. A anatomia do homem e a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. **Educação e Sociedade**, Campinas, São Paulo, ano XXI, n. 71, p. 79-115, jul. 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HINDE, Robert Aubrey. **Relationships: a dialectical perspective**. London: Psychology Press, 1997.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP/Queiroz, 1984.

PINO, Angel. **As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação e Sociedade**, ano XXI, n. 71, p. 45-78, jul. 2000.

ROSSETTO, Elisabeth. **Sujeitos com deficiência no ensino superior: vozes e significados**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre, 2010.

ROSSETTO, Elisabeth et al. Aspectos históricos da pessoa com deficiência. **Educere et Educare: Revista de Educação**, Cascavel, v. 1, n. 1, p. 103-108, jan./jun. 2006.

_____. A Educação Especial na perspectiva vigotskiana. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 13, n. 19, p. 137-144, jul./dez. 2008.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamente. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Caderno Cedes: Relações de ensino: análises na perspectiva histórico-cultural**. Campinas, v. 1, n. 50, p. 26-40, 2000.

TULESKI, Silvana Calvo. **Vygotski: a construção de uma psicologia marxista**. Maringá: Eduem, 2002.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Obras completas: Fundamentos da Defectologia**. Tomo V. 2. ed. Ciudad de La Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

Recebido em: outubro de 2013.

Aprovado em: maio de 2014.